



ADVERTÊNCIA

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PEDREIRA/SP, ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a licitação será destinada somente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 em atendimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, visto que, o valor total unitário orçado restou abaixo de R\$ 80.000,00.

As pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Vale ressaltar que, comete infração administrativa, nos termos da lei, entre outras constantes no item 10. deste edital, o licitante que, com dolo ou culpa:

- **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;**
- **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:**

o Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; o Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

o Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou o Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

Leonardo Selingardi

DIRETOR GERAL INTERINO



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM POÇOS DE VISTA E REDES DE ESGOTO DO MUNICÍPIO – PARTICIPAÇÃO
EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 06/2026

PROCESSO: Nº 07/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA – UASG 930588

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de Visita (PV) da rede de esgoto do Município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto.

VALOR ORÇADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 61.050,00 (sessenta e um mil e cinquenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/07/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR -
<https://www.gov.br/compras/pt-br>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

Torna-se público que o SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA, por meio da DIVISÃO DE LICITAÇÕES, sediado na Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 – Vila São José – Pedreira – Estado de São Paulo - CEP 13.925-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa para a prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de Visita (PV) da rede de esgoto do Município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em um grupo, composto por 2 itens, conforme descrição do termo de referência.
- 1.3. Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foram adotados os códigos do “Catálogo Compras Gov.br” mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.6. Esta licitação é destinada a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.7.11 *agente público do órgão ou entidade licitante*

2.7.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 *Valor Global;*
 - 5.1.2 *marca;*
 - 5.1.3 *fabricante;*
 - 5.1.4 Observação: Caso o sistema solicite Marca e/ou Fabricante, incluir a informação: "própria", ou outra informação, desde que não identifique a licitante.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. Considerando que o critério de julgamento é de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (zero virgula dez por cento)
- 6.9. **O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.**
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.18.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.19.2 empresas brasileiras;
- 6.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21.6 No caso de não apresentação do solicitado pelo(a) Pregoeiro/Agente de Contratação, a(s) proposta(s) será(ão) desclassificada(s)

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 4.5. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar



quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1 conter vícios insanáveis;
- 7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas Diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples**
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. Caso o licitante opte por realizar avaliação prévia do(s) local(is) de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, será assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria técnica, previamente agendada junto ao SAAE – Pedreira/SP através do telefone (19) 3853-3105/3852-3508 ou pelo email alves.grace@hotmail.com para sanar qualquer dúvida que tenha quanto às informações gerais, para conhecimento de estrutura e todos os detalhes para avaliação do nível de dificuldade dos serviços.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.4.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.4.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 9.4.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



- 10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.saaepedreira.com.br, no link licitações, junto ao pregão correspondente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1.** No que for cabível, aplicam-se à presente licitação as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.saaepedreira.com.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf
- 11.2.** As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@pedreira.com.br
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saaepedreira.com.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Planilha de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação;



Pedreira (SP), 22 de Maio de 2026.

Leonardo Selingardi

DIRETOR GERAL



TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto consiste na contratação de Empresa especializada para a “Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto” compreendendo:

- Desinsetização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos e das áreas da ETE (Externa e Interna):
 - a) Aplicação de inseticida por processo UBV – Ultra baixo volume, através de termo nebulização com inseticidas (para baratas, moscas, aracnídeos);
 - b) Pulverização de inseticida (para baratas, moscas, aracnídeos) nas partes altas e baixas das paredes, rodapés e ralos dos prédios dentro da área da ETE (Interno e Externo).
- Desratização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (externa):
 - a) Desratização por aplicação de blocos parafinados de 20 gramas que serão dispostos nas laterais e interior de cada poço de visita antes da termo nebulização;
 - b) Para a ETE, área externa, instalação de iscas apropriadas em pontos estratégicos para formar uma barreira de combate na área periférica.

As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com as unidades levantadas no Cadastro Técnico de rede pública de esgotamento sanitário, constante no Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do processo.

A quantidade demonstrada, apresenta-se como mero referencial, não podendo ser exigido ou considerado como obrigação do CONTRATANTE, por tratar-se de numero apresentado em PMSB.

Trata-se de prestação de serviço contínuo a ser contratado mediante procedimento eletrônico.

O Prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses iniciando a partir da ordem de início de Serviços, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O serviço acima descrito torna-se fundamental para o combate a pragas urbanas que podem ser nocivos ou transmitir doenças à população em geral. Com o calor e aumento da pluviosidade do período é comum o aparecimento de uma quantidade maior de insetos (baratas e moscas) e aracnídeos (escorpiões) além de mamíferos como os ratos e todos estes animais são considerados repulsivos em ambientes domiciliares e nas áreas urbanas que transmitem doenças e causam acidentes domiciliares quando invadem as residências.

Assim, o controle destas pragas se tornam necessário acontecer de forma periódica no município afim de garantir maior segurança aos profissionais da área de manutenção e correção das redes públicas



de esgotamento sanitário, além de reduzir o número de indivíduos destes insetos, aracnídeos e mamíferos que podem invadir as casas e locais públicos provocando acidentes e disseminando alguma doenças.

Este trabalho também se justifica por fazer parte do Planejamento de curto, médio e longo prazo do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo este um trabalho em conjunto com a Autarquia de Saneamento e a Secretaria Municipal de Saúde do Município através de sua Vigilância Sanitária.

Para conclusão da necessidade, observa a Estação de Tratamento de Esgoto, planta de tratamento responsável por receber todo o esgoto do Município, portanto um local de trabalho que por sua concepção de operação pode atrair estes tipos de animais e colocar em risco os profissionais que trabalham e operam 24 horas por dia e sete dias por semana este importante serviço público.

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS GERAIS

Trata-se de prestação de serviço de natureza comum.

O objeto consiste na Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto (paredes baixas e altas e rodapés) compreendendo conforme descrito neste documento e suas obrigações.

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários para a contratação abrangem os serviços técnicos e operacionais descritos abaixo, além do cumprimento de todas as Normas e legislação vinculada com a execução do serviço e seu registro no órgão de classe descrito.

REQUISITOS GERAIS

Trata-se de prestação de serviço de natureza comum e serviço contínuo.

O objeto consiste na Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto (paredes baixas e altas e rodapés) compreendendo conforme descrito neste documento e suas obrigações.

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários para a contratação abrangem os serviços técnicos e operacionais descritos abaixo, além do cumprimento de todas as Normas e legislação vinculada com a execução do serviço e seu registro no órgão de classe descrito, considerando suas atualizações.



EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. Desinsetização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (Externa e Interna):

1.1. PV – Poços de Visita

Aplicação de inseticida por processo UBV – Ultra baixo volume, através de termo nebulização com inseticidas (para baratas, moscas, aracnídeos) com a utilização de inseticidas registrados junto a ANVISA e Ministério da Saúde.

Além disso, a Empresa observará também a realização do serviço considerando as tampas dos PV's de forma manual afim de impedir o acesso de insetos vivos na vizinhança e arredores.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas, e todas as Normas vigentes descritas pela ANVISA e CVS, relacionadas abaixo conforme orientação da Vigilância Sanitária do Município de Pedreira em sua análise técnica deste ETP:

1. RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
2. Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
3. A contratada deverá atender as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade;
 - 3.1. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE REISCOS OCUPACIONAIS;
 - 3.2. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - 3.3. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - 3.4. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - 3.5. NR-17 – ERGONOMIA;
 - 3.6. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPCAÇÕES CONFINADOS;
 - 3.7. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.

O Município de Pedreira em seu cadastro técnico das redes de esgotamento sanitário descreve o município com 1.892 PV's, considerando alguns que são estimados por estarem cobertos, afogados e com tampas travadas, assim, calculamos uma diminuição para o completo serviço em 30% do apresentado.

A desinsetização dos Poços de Visita acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será **em até 15 (quinze) dias** após a emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- a) **Após 7 dias da Ordem de Serviço** a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- d) O Plano de trabalho deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução, **observando que o tempo para aprovação da VISA MUNICIPAL não contará no prazo de início da empresa.**



A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- a) A Empresa **em até 10 (dez) dias antes dos trabalhos** deve apresentar o Plano de Trabalho nº II e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho II e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho II deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- d) O Plano de trabalho II deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução. **observando que o tempo para aprovação da VISA MUNICIPAL não contará no prazo de início da empresa.**

1.2. Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

Pulverização de inseticida (para baratas, moscas, aracnídeos) nas partes altas e baixas das paredes, rodapés e ralos dos prédios dentro da área da ETE (Interno e Externo) conforme descrito em metro quadrado abaixo:

1. Prédio Administrativo, dois andares e um total de 750 m² de paredes, piso e teto;
2. Prédio de Desinfecção, um andar com total de 500 m² de paredes, piso e teto;
3. Prédio Desidratação do lodo, dois andares e um total de 230 m² de paredes, piso e teto;
4. Prédio Posto de Medição, somente área externa e um total de 60 m² de paredes ;
5. Prédio Posto de Transformação, somente área externa e um total de 90 m² de paredes.

O principal objetivo deste trabalho é impedir a proliferação de aracnídeos que utilizam as paredes da Estação e proliferam de forma rápida, uma vez que está muito próximo das margens do rio Jaguari, além de escorpiões que aparecem ao entorno dos tanques que recebem o esgoto.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas, e todas as Normas vigentes descritas pela ANVISA e CVS, relacionadas abaixo conforme orientação da Vigilância Sanitária do Município de Pedreira em sua análise técnica deste ETP:

1. RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
2. Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
3. A contratada deverá atender as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade:
 - 3.1. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE REISCOS OCUPACIONAIS;
 - 3.2. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - 3.3. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - 3.4. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - 3.5. NR-17 – ERGONOMIA;
 - 3.6. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPCAÇÕES CONFINADOS;
 - 3.7. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.



A desinsetização da ETE acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será **em até 15 (quinze) dias** após a Emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- a) Após 7 dias da assinatura da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- d) O Plano de trabalho deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho. *Obs. Como o Plano de trabalho deve ser aprovado pela VISA , deverá a empresa aguardar a aprovação mesmo para os serviços dentro da ETE.*

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- a) A Empresa em **até 10 (dez) dias** antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho nº II e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho nº II e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho nº II deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- e) O Plano de trabalho II deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho. *Obs. Como o Plano de trabalho deve ser aprovado pela VISA , deverá a empresa aguardar a aprovação mesmo para os serviços dentro da ETE.*

2. Desratização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (Externa e Interna):

2.1. Desratização dos Poços de Visita PV

Desratização por aplicação de blocos parafinados de 20 gramas que serão dispostos nas laterais e interior de cada poço de visita antes da termo nebulização;

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas e qualquer outra NBR, ou Legislação pertinente.

O Município de Pedreira em seu cadastro técnico das redes de esgotamento sanitário descreve o município com 1.892 PV's, considerando alguns que são estimados por estarem cobertos, afogados e com tampas travadas, assim, calculamos uma diminuição para o completo serviço em 30% do apresentado.

A desratização dos Poços de Visita acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será em até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço e seguirá:



- a) Após 7 dias da assinatura da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- d) O Plano de trabalho **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução.

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- a) A Empresa até 10 (dez) dias antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- b) Com o Plano de Trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- c) O Plano de trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- d) O Plano de trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução.

2.2. Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

Para a ETE, área externa, instalação de iscas apropriadas em pontos estratégicos para formar uma barreira de combate na área periférica conforme observado pela Empresa e aprovado pelo Fiscal.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas e qualquer outra NBR, ou Legislação pertinente.

Locais a serem considerados:

Prédio Administrativo;
Prédio de Desinfecção;
Prédio Desidratação do lodo;
Prédio Posto de Medição;
Prédio Posto de Transformação.



O principal objetivo deste trabalho é impedir a proliferação de ratos que estão ao redor dos prédios operacionais da ETE.

A desratização da ETE acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será em até 15 (quinze) dias após a Emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- e) Após 7 dias da assinatura da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- f) Com o Plano de Trabalho **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- g) O Plano de trabalho **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- h) O Plano de trabalho, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho.

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- e) A Empresa até 10 (dez) dias antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho II, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- f) Com o Plano de Trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- g) O Plano de trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- h) O Plano de trabalho II **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer declaração que a Empresa segue a Metodologia descrita na CVS nº 9 (Centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000);
- b) Fornecer declaração que a Empresa segue RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- c) Fornecer declaração que a Empresa segue Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;



- d) Fornecer declaração que a Empresa segue as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade;
 - a. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS;
 - b. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - c. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - d. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - e. NR-17 – ERGONOMIA;
 - f. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS;
 - g. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.
- e) Apresentar Licença sanitária de funcionamento concedida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Município sede da empresa;
- f) Apresentar Registro da Pessoa Jurídica no órgão de Classe (CRQ, CREA ou CRBio);
- g) Apresentar Técnico Responsável pelo Serviço e registrado no órgão de classe e sua Respectiva ART dos serviços;
- h) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;
- i) Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipal pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- j) Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;
- k) Utilizar veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, produtos, inseticidas, venenos e armadilhas de ratos relacionados bem como o que for necessário para a segurança e eficiência dos serviços;
- l) Os veículos e uniformes devem trazer a identificação da contratada, bem como os veículos placas regulamentares de segurança, telefone de contato da empresa e emergência;
- m) Correrá por conta da contratada as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte hospedagem, alimentação, frete, encargos trabalhistas e previdenciários;
- n) Apresentar a cada aplicação o Certificação de Execução de Serviços atendendo as normativas CVS 9;
- o) Correrá por conta da contratada as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte hospedagem, alimentação, frete, encargos trabalhistas e previdenciários;
- p) Deverá a empresa entregar no final de cada etapa realizada, documento de garantia de pelo menos o prazo de 03 (três) meses do serviço prestado em cada aplicação e declaração garantindo em adotar medidas corretivas se necessário no prazo de até 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pela Autarquia SAAE ou VISA Municipal;



q) A Contratada deverá usar somente produtos registrados junto a ANVISA e Ministério da Saúde;

VALORES OFERTADOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

a) Deverá ser adotado, para efeito deste processo o preço total dos serviços descritos;

O critério para julgamento deverá ser o de menor valor total, em modalidade de pregão. Prevalecendo o menor preço para o Município de Pedreira/SP.

5. VISTORIA

Não será exigida a avaliação prévia do local de execução dos serviços. A dimensão dos prédios da ETE e sua área estão descrito neste termo, bem como o número máximo de PV's a serem realizados.

Poderá a empresa entrar em contato com a responsável técnica da ETE para agendar, caso veja necessário, uma visita ao local da ETE antes de emitir seus valores no processo licitatório.

A vistoria do local não poderá ser utilizada como fator impeditivo para participação do processo, uma vez que a visita no local é facultativa e poderá ser agendado com o SAAE ou Resp, Técnico da ETE

Agendamento para o prédio da ETE, realizar por e-mail com a Srtª Grace Ane Alves de Oliveira, Química responsável pela ETE através do e-mail alves.grace@hotmail.com

6. PREÇO ORÇADO

Para este serviço e condições, o pedido de orçamento foi enviado em forma de Termo de Referência nos dias 13/03/26 para todas as empresas e reforçado o pedido no dia 23/03/26 com as especificações e obrigações da contrata a todas as empresas relacionadas abaixo:

1. DedeCamp - atendimento@dedecamp.com.br -
https://dedecamp.com.br/?gad_source=1&gclid=EAlalQobChMIyor35pCAjAMV7itECB2ejSMPEAYASAAEgl8N_D_BwE
2. DEDETIZADORAMONTLANC - comercial@dedetizadoramontblanc.com.br -
<https://comercial@dedetizadoramontblanc.com.br/>
3. Detecta - contato@detectapedreira.com.br - <https://detectapedreira.com.br/>
4. DLP - Controle de Pragas e Equipamentos de Segurança - vendas@dlppedreira.com.br
vendas2@dlppedreira.com.br - <https://www.dlppedreira.com.br/>
5. A LCB - Dedetizadora e Limpadora - comercial@dedetizadoralc.com.br -
<https://dedetizadoralc.com.br/contato/>
6. Profissional Pest Control - profissional@pestcontrol.com.br -
<https://www.profissionalpestcontrol.com.br/>
7. DM Pragas - dmpragas@dmpragas.com.br - <http://dmpragas.com.br/contato/> 5
8. Desinsecta - comercial@desinsecta.com.br - <https://desinsecta.com.br/produtos-e-servicos/>
9. Bioaway - comercial@bioaway.com.br - https://lp.bioaway.com.br/controle-de-pragas/?utm_medium=cpc&utm_source=google&utm_campaign=&utm_term=empresa%20controle%20de%20pragas&utm_content=g&utm_id=21871933353_170548639672_720069860358&gad_source=1&gclid=EAlalQobChMIqXP7PKBjAMV95XuAR04bzk9EAAYAyAAEglFYvD_BwE



10. DDCAMP - atendimento@ddcamp.com.br - <https://ddcamp.com.br/dedetizacaojaguariuna.html>
11. Helpinsect - sac@helpinsect.com.br - https://helpinsect.com.br/?gad_source=1&gclid=EALalQobChMIgvyzLlfeBjAMVBJfuAR0xkB5ZEAAYAiAAEgJPzFD_BwE
12. World Tec Controle de Pragas Ltda - worldcontroladora@gmail.com - <https://worldteccontroldepragas.com.br/>
13. Dedetizadora Imuni Control - imunicontrol.control@gmail.com - <https://pirassununga.dedetizadoraimunicontrol.com.br/>
14. Sakura dedetizadora - licitações@sakuradedetizadora.com.br - <http://www.sakuradedetizadora.com.br/>
15. Bio Tech Controle de Pragas e Serviços - biotechdd@hotmail.com -
16. NEG Tec Serviços - ngetecservicos@hotmail.com -
17. SANEMIX - vendas@sanemix.com.br
18. GLP Controle de Pragas - comercial@glpcontroleddepragas.com.br
19. JETHA pragas - hethapragas@gmail.com
20. TECMIP Controle de Pragas - contato@tecmip.com.br
21. DDIMPER - ddimper@hotmail.com
22. ALTOPRAG - comercial@altoprag.com
23. AWK Ambiental Ltda - atend@awkambiental.com.br
24. BIOSFERA Controle e Imunização Ltda - contact.neto@terra.com.br
25. Mata Forte Proteção Ambiental Ltda - empresa@mataforte.com
26. CAMPI & Andrade Ltda - dedetizadorabrasil17@gmail.com
27. DD Monte Serviços Especializados Ltda - d.d.monte@hotmail.com
28. Castro & Santos Controladora de Pragas Ltda - contato.sjc@ddmares.com.br
29. CIP Controle Integrado de Pragas Ltda - contato@cip-brasil.com
30. Cobra Saude Ambiental Ltda - Vanderlei@cobrasaudeambiental.com.br
31. GR Ambiental e Locações Ltda - grambiental76@gmail.com
32. Maxidrin Controle de Pragas e Serviços Ltda - americana@dddrin.com.br
33. R.R. Prestação de Serviços e Saneamento Ambiental Ltda - contato@ecocenterdd.com.br
financeiro@ecocenterdd.com.br
34. Taff Serviços Especializados Ltda - taffservicos@gmail.com



Das solicitações enviadas, algumas empresas retornaram com o "não" interesse na participação do processo de coleta de preços, e outras enviaram suas cotações. Respostas e cotações anexas à este Termo de Referência.

Abaixo, tabela de descrição de preços ofertados e mediana estipulada para o serviço.



2026

Propostas apresentadas conforme Termo de Referência enviado para Orçamento

item	Empresa	Valor PV's	Valor ETE	Total Proposta
00001	**394.929/0001-**	R\$ 56.722,16	R\$ 2.398,00	R\$ 59.120,16
00002	**264.515/0001-**	R\$ 151.360,00	R\$ 3.600,00	R\$ 154.960,00
00003	**170.837/0001-**	R\$ 170.280,00	R\$ 8.620,00	R\$ 178.900,00
00004	**051.030/0001-**	R\$ 58.652,00	R\$ 1.100,00	R\$ 59.752,00

Os valores apresentados representam o contrato completo com a execução dos serviços conforme TR

Mediana ----->

R\$ 58.652,00	R\$ 2.398,00	R\$ 61.050,00
---------------	--------------	---------------

R\$ 15,50	R\$ 1.199,00	R\$ 30.525,00
-----------	--------------	---------------

Mediana por PV

Mediana ETE

Mediana de Pagamento do
Contrato por semestre

Todas as Cotações oferecidas e informe de Empresas que declinaram da participação dos orçamentos, fazem parte do anexo deste Termo de Referência

Preço mediano total para o serviço, **R\$ 61.050,00 (sessenta e um mil e cinquenta reais.)**

Importante que, não foi possível retirar empresas desta cotação por valores acima ou abaixo, considerando os valores ofertados durante processo similar na cidade de Jaguariúna no ano de 2025 Pregão 90010/2025.

Vale ressaltar que não foi localizado pregões ou processos que mantenham a similaridade deste, como a Dedetização de Área e Prédio de ETE com Pv's.

7. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Condições de execução

O Prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses iniciando a partir da ordem de início de Serviços, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

A contratada deverá utilizar o email: licitacao@saaepedreira.com.br para dirimir quaisquer dúvidas,



recursos ou solicitações no processo licitatório.

8. GESTÃO DO CONTRATO

A contratação com a empresa vencedora far-se-á por contrato, conforme Minuta a ser disponibilizada, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a empresa vencedora aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações.

Rotinas de Fiscalização Contratual: Será em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

8.1 Fiscalização

A Gestão e Fiscalização do Contrato serão acompanhadas e fiscalizadas pelo órgão ou entidade devendo observar as diretrizes constantes no Decreto Municipal nº 3.796/23, ficando nomeados para Gestor e Fiscais os funcionários abaixo:

Gestor do Contrato Srª Brenda Ramalho de Moraes

Fiscal Administrativo Srª Sergio Marcos Pinto

Fiscal Técnico Sr. Thiago de Almeida Giraldi

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O(s) serviço(s) executado(s) será(ão) objeto de medição única em cada etapa dos serviços conforme discriminado, de acordo com os seguintes procedimentos:

- Desinsetização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (Externa e Interna):
 - c) Aplicação de inseticida por processo UBV – Ultra baixo volume, através de termo nebulização com inseticidas (para baratas, moscas, aracnídeos);
 - d) Pulverização de inseticida (para baratas, moscas, aracnídeos) nas partes altas e baixas das paredes, rodapés e ralos dos prédios dentro da área da ETE (Interno e Externo).
- Desratização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (externa):
 - c) Desratização por aplicação de blocos parafinados de 20 gramas que serão dispostos nas laterais e interior de cada poço de visita antes da termo nebulização;



- d) Para a ETE, área externa, instalação de iscas apropriadas em pontos estratégicos para formar uma barreira de combate na área periférica.

Após 15 (quinze) dias da Emissão da Ordem de Serviço

1ª Medição ocorrerá após a conclusão dos serviços descritos acima nos PV's do Município e Na ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, onde o fiscal irá acompanhar por planilha **a quantidade de PV's executados** em desinsetização e desratização e autorizar o pagamento.

O mesmo ocorrerá com o **Prédio de ETE, como única unidade de pagamento** quando todo o serviço de Desinsetização e desratização estiverem completos e confirmados pela Responsável legal da ETE.

Com a planilha confirmada e autorizada pelo Fiscal do Acompanhamento dos Serviços, será autorizado a emissão de NF dos serviços para pagamento.

O Pagamento será por unidade de Poço de visita executado e execução de todos os serviços da ETE.

Após 06 (seis) meses da Assinatura do Contrato

2ª Medição ocorrerá após a conclusão dos serviços descritos acima nos PV's do Município e Na ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, onde o fiscal irá acompanhar por planilha **a quantidade de PV's executados** em desinsetização e desratização e autorizar o pagamento.

O mesmo ocorrerá com o **Prédio de ETE, como única unidade de pagamento** quando todo o serviço de Desinsetização e desratização estiverem completos e confirmados pela Responsável legal da ETE.

Com a planilha confirmada e autorizada pelo Fiscal do Acompanhamento dos Serviços, será autorizado a emissão de NF dos serviços para pagamento.

O Pagamento será por unidade de Poço de visita executado e execução de todos os serviços da ETE.

Quando da análise do relatório, o **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA**, **na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores**, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

Da liquidação e pagamento

Os pagamentos ocorrerão em até **30 (trinta) dias consecutivos**, após a liquidação da nota fiscal.

O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

Em caso de atraso no pagamento de valores devidos à contratada, o Contratante deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.



Caso haja prorrogação no contrato (se for o caso), o preço contratado será reajustado anualmente pelo Índice INPC (IBGE), ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

Os serviços objeto do presente Termo de Referência ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.988.

O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

O regime de execução do contrato será mediante empreitada por preço Global o que inclui as duas etapas de desinsetização e desratização dos Poços de Visitas do município e a Estação de Tratamento de Esgoto. Importante salientar que este objeto é um serviço contínuo, ou seja, poderá com o atendimento da legislação ser prorrogado em prazos determinados pela legislação vigente.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Qualificação Técnica

- a) Fornecer declaração que a Empresa segue a Metodologia descrita na CVS nº 9 (Centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000);
- b) Fornecer declaração que a Empresa segue RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- c) Fornecer declaração que a Empresa segue Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
- d) Fornecer declaração que a Empresa segue as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade;
 - a. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE REISCOS OCUPACIONAIS;
 - b. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - c. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - d. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - e. NR-17 – ERGONOMIA;
 - f. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPCAÇÕES CONFINADOS;
 - g. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.

Documentos Para assinatura do Contrato

- a) Apresentar Licença sanitária de funcionamento concedida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Município sede da empresa;
- b) Apresentar Registro da Pessoa Jurídica no órgão de Classe (CRQ, CREA ou CRBio);
- c) Apresentar Técnico Responsável pelo Serviço e registrado no órgão de classe e sua Respectiva ART dos serviços;



11. MODELO DE PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A Proposta de orçamento pode ser enviada de acordo com os costumes e apresentação da Empresa, **porém deve constar os itens, serviços, quantidade, preço unitário e preço total de cada item, e ao final, o preço global, conforme modelo abaixo, para que haja uma uniformidade e igualdade em apresentações de propostas de todas as empresas.**

IMPORTANTE, os valores devem ser considerado para os períodos descritos neste termo, ou seja, 02 (dois) momentos do contrato; 15 (quinze) dias após assinatura do contrato e 06 (seis) meses após o primeiro serviço

Item	Serviços	Quant.	Preço unit.	Preço Total
01	Desinsetização e desratização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos	3.784 (1892 PV's x 2)	R\$	R\$
02	Desinsetização e desratização das áreas da ETE (interna e Externa)	02	R\$	R\$
TOTAL GERAL				R\$

12. SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE

CNPJ: 09.579.148/0001-05

SEDE: RUA PE. ALEXANDRINO DO REGO BARROS, 200 – VILA SANTO ANTONIO

SEDE ADMINISTRATIVA: AVENIDA JOAQUIM CARLOS, 1539 – VILA SÃO JOSÉ

Encarregado Esgoto: etaete@saaepedreira.com.br

LICITAÇÃO: licitação@saaepedreira.com.br

TELEFONE: 19. 3852.4654



13.FICHA ORÇAMENTÁRIA

DESPESA PRINCIPAL	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
15	04.01.01.17.512.0020.2.071.3.3.90.39.99 Outros Serv. De Terceiros Pessoa Jurídica

14.RESPONSÁVEL

Douglas Henrique Rodrigues
Encarregado Rede de Esgoto e EEE
SAAE Pedreira



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

O objeto consiste na Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto compreendendo:

- Desinsetização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos e das áreas da ETE (Externa e Interna):
 - e) Aplicação de inseticida por processo UBV – Ultra baixo volume, através de termo nebulização com inseticidas (para baratas, moscas, aracnídeos);
 - f) Pulverização de inseticida (para baratas, moscas, aracnídeos) nas partes altas e baixas das paredes, rodapés e ralos dos prédios dentro da área da ETE (Interno e Externo).
- Desratização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (externa):
 - e) Desratização por aplicação de blocos parafinados de 20 gramas que serão dispostos nas laterais e interior de cada poço de visita antes da termo nebulização;
 - f) Para a ETE, área externa, instalação de iscas apropriadas em pontos estratégicos para formar uma barreira de combate na área periférica.

O serviço acima descrito torna-se fundamental para o combate a pragas urbanas que podem ser nocivos ou transmitir doenças à população em geral. Com o calor e aumento da pluviosidade do período é comum o aparecimento de uma quantidade maior de insetos (baratas e moscas) e aracnídeos (escorpiões) além de mamíferos como os ratos e todos estes animais são considerados repulsivos em ambientes domiciliares e nas áreas urbanas que transmitem doenças e causam acidentes domiciliares quando invadem as residências.

Assim, o controle destas pragas se tornam necessário acontecer de forma periódica no município a fim de garantir maior segurança aos profissionais da área de manutenção e correção das redes públicas de esgotamento sanitário, além de reduzir o número de indivíduos destes insetos, aracnídeos e mamíferos que podem invadir as casas e locais públicos provocando acidentes e disseminando alguma doenças.

Este trabalho também se justifica por fazer parte do Planejamento de curto, médio e longo prazo do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo este um trabalho em conjunto com a Autarquia de Saneamento e a Secretaria Municipal de Saúde do Município através de sua Vigilância Sanitária.



Para conclusão da necessidade, observa a Estação de Tratamento de Esgoto, planta de tratamento de esgoto responsável por receber todo o esgoto doméstico (sanitário) do Município, portanto um local de trabalho que por sua concepção de operação pode atrair estes tipos de animais e colocar em risco os profissionais que trabalham e operam 24 horas por dia e sete dias por semana este importante serviço público.

Finalizando, deve-se atentar ao serviço contínuo, podendo, quando da legislação ser prorrogado, justificando essa continuidade em pareceres do GAEMA-PCJ Campinas, trecho "CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 12549035, elaborado pelo CAEx, encartado às fls.1099/1127 dos autos nº 1097.0000007/2018, que analisou o documento final da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pedreira, no qual se constatou que "A desinfecção dos poços de visita para controle de vetores não vem sendo realizada. O Plano recomenda que essa ação seja executada semestralmente" (fls.13 do Parecer Técnico); Parecer Técnico nº 12549035 constante do PAA nº 62.1097.0000007/2018 (fls.1099/1127"

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Este serviço está previsto no Plano de Contratações da Autarquia SAAE.

Fundamentação legal: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º e art. 22 do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS GERAIS

Trata-se de prestação de serviço de natureza comum e serviço contínuo.

O objeto consiste na Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto (paredes baixas e altas e rodapés) compreendendo conforme descrito neste documento e suas obrigações.

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários para a contratação abrangem os serviços técnicos e operacionais descritos abaixo, além do cumprimento de todas as Normas e legislação vinculada com a execução do serviço e seu registro no órgão de classe descrito, considerando suas atualizações.

EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3. Desinsetização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (Externa e Interna):

1.2. PV – Poços de Visita

Aplicação de inseticida por processo UBV – Ultra baixo volume, através de termo nebulização com inseticidas (para baratas, moscas, aracnídeos) com a utilização de inseticidas registrados junto a ANVISA e Ministério da Saúde.

Além disso, a Empresa observará também a realização do serviço considerando as tampas dos PV's de forma manual afim de impedir o acesso de insetos vivos na vizinhança e arredores.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de



serviço de controle de vetores e pragas, e todas as Normas vigentes descritas pela ANVISA e CVS, relacionadas abaixo conforme orientação da Vigilância Sanitária do Município de Pedreira em sua análise técnica deste ETP:

4. RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
5. Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
6. A contratada deverá atender as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade:
 - 6.1. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE REISCOS OCUPACIONAIS;
 - 6.2. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - 6.3. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - 6.4. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - 6.5. NR-17 – ERGONOMIA;
 - 6.6. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPCAÇÕES CONFINADOS;
 - 6.7. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.

O Município de Pedreira em seu cadastro técnico das redes de esgotamento sanitário descreve o município com 1.892 PV's, considerando alguns que são estimados por estarem cobertos, afogados e com tampas travadas, assim, calculamos uma diminuição para o completo serviço em 30% do apresentado.

A desinsetização dos Poços de Visita acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será **em até 15 (quinze) dias** após a emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- e) **Após 7 dias da após a emissão da Ordem de Serviço** a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- f) Com o Plano de Trabalho e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- g) O Plano de trabalho deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- h) O Plano de trabalho deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução, **observando que o tempo para aprovação da VISA MUNICIPAL não contará no prazo de início da empresa.**

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- e) A Empresa **em até 10 (dez) dias antes dos trabalhos** deve apresentar o Plano de Trabalho nº II e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- f) Com o Plano de Trabalho II e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- g) O Plano de trabalho II deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- h) O Plano de trabalho II deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução. **observando que o tempo para aprovação da VISA MUNICIPAL não contará no prazo de início da empresa.**

3.2. Estação de Tratamento de Esgoto - ETE



Pulverização de inseticida (para baratas, moscas, aracnídeos) nas partes altas e baixas das paredes, rodapés e ralos dos prédios dentro da área da ETE (Interno e Externo) conforme descrito em metro quadrado abaixo:

6. Prédio Administrativo, dois andares e um total de 750 m² de paredes, piso e teto;
7. Prédio de Desinfecção, um andar com total de 500 m² de paredes, piso e teto;
8. Prédio Desidratação do lodo, dois andares e um total de 230 m² de paredes, piso e teto;
9. Prédio Posto de Medição, somente área externa e um total de 60 m² de paredes ;
10. Prédio Posto de Transformação, somente área externa e um total de 90 m² de paredes.

O principal objetivo deste trabalho é impedir a proliferação de aracnídeos que utilizam as paredes da Estação e proliferam de forma rápida, uma vez que está muito próximo das margens do rio Jaguari, além de escorpiões que aparecem ao entorno dos tanques que recebem o esgoto.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas, e todas as Normas vigentes descritas pela ANVISA e CVS, relacionadas abaixo conforme orientação da Vigilância Sanitária do Município de Pedreira em sua análise técnica deste ETP:

4. RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
5. Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
6. A contratada deverá atender as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade:
 - 6.1. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE REISCOS OCUPACIONAIS;
 - 6.2. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - 6.3. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - 6.4. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - 6.5. NR-17 – ERGONOMIA;
 - 6.6. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPCAÇÕES CONFINADOS;
 - 6.7. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.

A desinsetização da ETE acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será **em até 15 (quinze) dias** após a emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- f) Após 7 dias da da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- g) Com o Plano de Trabalho e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- h) O Plano de trabalho deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;



- i) O Plano de trabalho deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho. *Obs. Como o Plano de trabalho deve ser aprovado pela VISA , deverá a empresa aguardar a aprovação mesmo para os serviços dentro da ETE.*

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- d) A Empresa em **até 10 (dez) dias** antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho nº II e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- e) Com o Plano de Trabalho nº II e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- f) O Plano de trabalho nº II deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- j) O Plano de trabalho II deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho. *Obs. Como o Plano de trabalho deve ser aprovado pela VISA , deverá a empresa aguardar a aprovação mesmo para os serviços dentro da ETE.*

4. Desratização dos Poços de Visita PV e das áreas da ETE (Externa e Interna):

2.2. Desratização dos Poços de Visita PV

Desratização por aplicação de blocos parafinados de 20 gramas que serão dispostos nas laterais e interior de cada poço de visita antes da termo nebulização;

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas e qualquer outra NBR, ou Legislação pertinente.

O Município de Pedreira em seu cadastro técnico das redes de esgotamento sanitário descreve o município com 1.892 PV's, considerando alguns que são estimados por estarem cobertos, afogados e com tampas travadas, assim, calculamos uma diminuição para o completo serviço em 30% do apresentado.

A desratização dos Poços de Visita acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será em até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- i) Após 7 dias da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- j) Com o Plano de Trabalho, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- k) O Plano de trabalho, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;



- i) O Plano de trabalho, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução.

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- j) A Empresa até 10 (dez) dias antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho II, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- j) Com o Plano de Trabalho II, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- k) O Plano de trabalho II, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- l) O Plano de trabalho II, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho e VISA Municipal do Município antes de sua execução.

4.2. Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

Para a ETE, área externa, instalação de iscas apropriadas em pontos estratégicos para formar uma barreira de combate na área periférica conforme observado pela Empresa e aprovado pelo Fiscal.

A Empresa deverá atender e seguir a metodologia descrita na CVS nº 9 (centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000) que estabelece Normas técnicas para empresas prestadoras de serviço de controle de vetores e pragas e qualquer outra NBR, ou Legislação pertinente.

Locais a serem considerados:

Prédio Administrativo;
Prédio de Desinfecção;
Prédio Desidratação do lodo;
Prédio Posto de Medição;
Prédio Posto de Transformação.

O principal objetivo deste trabalho é impedir a proliferação de ratos que estão ao redor dos prédios operacionais da ETE.

A desratização da ETE acontecerá em 02 (duas) vezes (aplicações) durante a vigência do Contrato.

A 1ª Aplicação será em até 15 (quinze) dias após emissão da Ordem de Serviço e seguirá:

- m) Após 7 dias da Ordem de Serviço a Empresa deverá apresentar a Entrega do Plano de Trabalho e execução dos serviços, **(pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente)** com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;



- n) Com o Plano de Trabalho (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- o) O Plano de trabalho (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que os funcionários deverão realizar para a segura execução dos serviços;
- p) O Plano de trabalho (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho.

A 2ª Aplicação ocorrerá 06 (seis) meses após o término da 1ª Aplicação e seguirá:

- m) A Empresa até 10 (dez) dias antes dos trabalhos deve apresentar a Entrega do Plano de Trabalho II (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) e execução dos serviços, com todo o descritivo dos produtos a serem usados, suas autorizações, lotes e informações importantes, além de toda a descrição dos EPI's a serem utilizados e o número de funcionários e frente de trabalho;
- n) Com o Plano de Trabalho II (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) e as frentes de trabalho determinada, será orientado funcionários da Autarquia para acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços;
- o) O Plano de trabalho II (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) deve conter orientações para aviso, divulgação e procedimentos que a população deverá realizar para a segura execução dos serviços;
- p) O Plano de trabalho II (pode estar inclusa no Plano completo com todos os serviços ou separadamente) deve ser aprovado pelo Fiscal do Trabalho.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- r) Fornecer declaração que a Empresa segue a Metodologia descrita na CVS nº 9 (Centro de Vigilância Sanitária – Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000);
- s) Fornecer declaração que a Empresa segue RDC nº 622/2022, dispõe sobre o funcionamento de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- t) Fornecer declaração que a Empresa segue Portaria CVS 1, de 05/01/2024 – Disciplinam no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse de saúde;
- u) Fornecer declaração que a Empresa segue as preconizações das Normas regulamentadoras, as quais foram publicadas pela Portaria MTb nº 3.214 de 8 de Junho de 1978, sendo a seguir as normas regulamentadoras aplicáveis à execução da atividade;
 - a. NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS;
 - b. NR-5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO – CIPA;
 - c. NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
 - d. NR-7 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
 - e. NR-17 – ERGONOMIA;
 - f. NR-33 – SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS;
 - g. NR-35 – TRABALHO EM ALTURA.
- v) Apresentar Licença sanitária de funcionamento concedida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Município sede da empresa;



- w) Apresentar Registro da Pessoa Jurídica no órgão de Classe (CRQ, CREA ou CRBio);
 - x) Apresentar Técnico Responsável pelo Serviço e registrado no órgão de classe e sua Respectiva ART dos serviços;
 - y) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;
 - z) Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipal pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
-
- aa) Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;
 - bb) Utilizar veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, produtos, inseticidas, venenos e armadilhas de ratos relacionados bem como o que for necessário para a segurança e eficiência dos serviços;
 - cc) Os veículos e uniformes devem trazer a identificação da contratada, bem como os veículos placas regulamentares de segurança, telefone de contato da empresa e emergência;
 - dd) Correrá por conta da contratada as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte hospedagem, alimentação, frete, encargos trabalhistas e previdenciários;
 - ee) Apresentar a cada aplicação o Certificação de Execução de Serviços atendendo as normativas CVS 9;
 - ff) Correrá por conta da contratada as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte hospedagem, alimentação, frete, encargos trabalhistas e previdenciários;
 - gg) Deverá a empresa entregar no final de cada etapa realizada, documento de garantia de pelo menos o prazo de 03 (três) meses do serviço prestado em cada aplicação e declaração garantindo em adotar medidas corretivas se necessário no prazo de até 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pela Autarquia SAAE ou VISA Municipal;
 - hh) A Contratada deverá usar somente produtos registrados junto a ANVISA e Ministério da Saúde;

VALORES OFERTADOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- a) Deverá ser adotado, para efeito deste processo o preço total dos serviços descritos;
- b) **O critério para julgamento deverá ser o de menor valor total, em modalidade de pregão. Prevalecendo o menor preço** para a Autarquia – SAAE.

4 - ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)

O Quantitativo proposto neste Estudo, leva em consideração o estudo do Cadastro técnico das redes coletoras de esgoto, os PV's encontrados e registrados e a área final de recebimento dos esgotos doméstico, ETE.

A Previsão proposta frente aos recursos orçamentários previstos para 2025 nessa ação, prevê o serviço a 1892 unidades de poços de visitas conforme cadastro e a área da ETE.

Por ser um serviço contínuo previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico do Município e deve ser executado de forma periódica para sua efetividade, foram considerados dois períodos anuais, ou seja, serviços executados de forma semestral, conforme demanda PMSB em sua página 133.

Fundamentação legal: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Para a contratação descrita é considerado os destaques no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Pedreira em sua página 133 "Desinfecção dos Poços de Visita (PVs)" e a técnica de



dedetização ou desinsetização e desratização conhecida por todos os órgãos de saneamento como o meio técnico eficaz para redução do número de insetos e ratos vetores de doenças e por acidentes com peçonhas.

O Levantamento de mercado será realizado posteriormente para complementação do Termo de Referência e a média de mercado, neste documento foi utilizada números do Processo Licitatório do Município vizinho, com as mesmas características, porém sem uma área diferenciada como a ETE, mas que pode servir de comparação à contratação em Pedreira.

Justificativa de adoção da Modalidade da Licitação

Modalidade de Licitação

Considerando a necessidade deste Estudo Técnico Preliminar que se enquadra como fornecimento de bens e serviços comuns, cabendo à licitação na forma eletrônica, na modalidade Pregão, estabelecendo-se critérios de julgamento de “**menor preço total**” desde que atendidas as especificações e exigências, onde após as pesquisas feitas, a forma indicada é a única que melhor se adequa a realidade atual deste município.

Análise do modelo vigente e histórico da contratação

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira realizou o serviço no ano de 2025 finalizando o contrato em Março de 2026, considerando os mesmos números de PV e Área de ETE. Contrato nº 06/2025.

Fundamentação legal: Inciso V do § 1º do art. 18 e art. 82 da Lei 14.133/2021, inciso III do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023 e incisos I e VI do art. 33 do Decreto Municipal nº 3.809 de 11 de setembro de 2023.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo unitário, para o fornecimento deste item constante neste Estudo Técnico Preliminar para a quantidade estimada é de **total de R\$ 27.542 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais), anual. Este valor refere-se ao contrato nº 06/2025 com valores obtidos no início de 2025.**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de desinsetização e desratização dos Poços de Visita do Município e o mesmo serviço para a Estação de Tratamento de Esgoto de Pedreira pertencente ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira..

O serviço será executado 02 (duas) vezes ao ano – semestralmente e obrigatoriamente cumprindo o Memorial descritivo, para que não haja prejuízo para esta Autarquia.

O prazo de vigência do Contrato deverá ser de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, podendo o contrato ser prorrogado com a devida justificativa e aceite dos fiscais e gestor do contrato, por ser um serviço de prestação continua previsto em Plano municipal de Saneamento Básico que prevê o serviço a curto, médio e longo prazo, ou seja, o PMSB é de 2023 com previsão de 10 anos.

Fundamentação legal: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido com a presente contratação é:



Reduzir o número de vetores transmissores de doenças como ratos, baratas e moscas além de reduzir a população de animais peçonhentos que se abrigam nas redes de esgoto como é o caso do escorpião. Desta forma reduzir os atendimentos médicos para casos provenientes destes animais.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

09. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS

A principal providência a ser adotada é a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedreira em especial pela Vigilância Sanitária Municipal.

A Aprovação pela Secretaria Municipal de Saúde em especial pela VISA – Vigilância Sanitária municipal é de extrema importância para este trabalho e serviços uma vez que os produtos (inseticidas e venenos) utilizados e suas aprovações pela ANVISA e Ministério da Saúde, além do acompanhamento da CVS nº 9 e suas obrigações devem ser realizados por técnicos capacitados e com conhecimento na saúde pública e sua legislação sanitária.

Em complemento a estas necessidades descritas, o SAAE Pedreira acredita na necessidade de um trabalho em conjunto, Autarquia Pública e Órgão Executivo (Saúde e VISA), para informações complementares, atendimento à população e orientações das áreas onde o trabalho será orientado.

Portanto, antes do início do Processo Licitatório é necessário um Parecer Técnico da Vigilância Sanitária do Município e Secretaria de Saúde quanto a Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, podendo estas autoridades, *solicitarem modificações, adições ou subtrações de obrigações da Contratada, cumprimento de legislação e acompanhamentos.*

Fundamentação legal: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há, para aquisição dos equipamentos.

Fundamentação legal: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os Impactos ambientais proveniente da contratação deste serviço podem ser reduzidos ou minimizados quando a Empresa segue rigorosamente as exigências da Vigilância Sanitária, órgãos ambientais, ANVISA e Ministério da Saúde.

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



12. MATRIZ DE RISCO



	Matriz de Risco	
--	------------------------	--

LEGENDA: vide gráfico

CONTROLE DAS REVISÕES			
DATA	REVISÃO	PÁGINA	DESCRIÇÃO
17/03/2025	0	1	contratação de Empresa especializada para a "Prestação de serviços em desinsetização e desratização em aproximadamente 1.892 Poços de visita (PV) da rede de esgoto do município de Pedreira e toda área interna e externa da Estação de Tratamento de Esgoto"

Tarefa: Controle de Contrato						Função / Cargo: Fiscal do Contrato		Unidade: ETA - SAAE	
item	Descrição	Perigos	Riscos	Potencial de Danos	Controles Existentes	Classificação de Risco			Ações de Controle
						Probabilidade	Severidade	Risco	
1	Disponibilidade Financeira	Pagamento em atraso, demora da contratação, suspensão da 2ª fase	Não haver disponibilidade financeira	Impossibilidade de contratação, falta de materiais	Planejamento contábil e previsões orçamentárias	baixa	baixa	2B	Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual
2			Descontinuidade do	Aumento de animais	Garantir que todo o processo	baixa	médio	3B	Planejamento e acompanhamento de todo o processo
3						médio	médio	2C	Reuniões de Plano de trabalho e acompanhamento de profissionais de saúde e vigilância sanitária

SEVERIDADE

(1) INSIGNIFICANTE	(2) TOLERÁVEL	(3) MODERADA	(4) GRAVE	(5) SEVERA
1A MUITO BAIXO	2A MUITO BAIXO	3A BAIXO	4A MÉDIO	5A ALTO
1B MUITO BAIXO	2B BAIXO	3B MÉDIO	4B ALTO	5B ALTO
1C BAIXO	2C MÉDIO	3C MÉDIO	4C ALTO	5C MUITO ALTO
1D BAIXO	2D MÉDIO	3D ALTO	4D MUITO ALTO	5D MUITO ALTO

PROBABILIDADE

(A) ALTAMENTE IMPROVÁVEL	(B) IMPROVÁVEL	(C) POSSÍVEL	(D) PROVÁVEL
--------------------------	----------------	--------------	--------------

		SEVERIDADE				
		(1) INSIGNIFICANTE	(2) TOLERÁVEL	(3) MODERADA	(4) GRAVE	(5) SEVERA
P R O B A B I L I D A D E	(A) ALTAMENTE IMPROVAVEL	1A MUITO BAIXO	2A MUITO BAIXO	3A BAIXO	4A MÉDIO	5A ALTO
	(B) IMPROVAVEL	1B MUITO BAIXO	2B BAIXO	3B MÉDIO	4B ALTO	5B ALTO
	(C) POSSÍVEL	1C BAIXO	2C MÉDIO	3C MÉDIO	4C ALTO	5C MUITO ALTO
	(D) PROVÁVEL	1D BAIXO	2D MÉDIO	3D ALTO	4D MUITO ALTO	5D MUITO ALTO
	(E) MUITO PROVÁVEL	1E MÉDIO	2E MÉDIO	3E ALTO	4E MUITO ALTO	5E MUITO ALTO

13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física para a prestação deste tipo de fornecimento de equipamento com todas as descrições e certificação exigida.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não se aplica a necessidade objeto deste estudo.

Fundamentação legal: Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar tudo o que está disposto no inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Pelos motivos expostos acima e considerando se tratar de proposta de contratação necessária para cumprimento de metas e ações do Plano Municipal de Saneamento Básico e a redução de vetores de doenças ou acidentes com animais peçonhentos, esta contratação fará parte dos serviços básicos oferecidos pela Autarquia de Saneamento até a revisão do PMSB

Justificativa da viabilidade:

A contratação alinha-se ao PMSB.

Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.

As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com as unidades levantadas no Cadastro Técnico de rede pública de esgotamento sanitário.

No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por diversas empresas, o que é um indicativo da participação de várias concorrentes na seleção do fornecedor.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

O trabalho é em conjunto com os órgãos de saúde e vigilância do Município de Pedreira -SP, portanto garantindo a segurança da população.

Conclui pela licitação, na forma Eletrônica, por meio de pregão, estabelecendo-se critérios de julgamento de **"MENOR PREÇO GLOBAL"**.



Fundamentação legal: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023).

16. FONTE DE RECURSO

A contratação será custeada com recursos: Recurso Próprio da Administração Indireta.

17. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

É inviável o parcelamento nesse tipo de serviço, é necessário que a mesma empresa execute os serviços para simplificação dos procedimentos e apresentação de plano de trabalho.

18. RESPONSÁVEL(EIS)

Identificação e assinatura do responsável que elaborou este Estudo Técnico Preliminar.

Necessário aceite do Diretor da Autarquia concluindo se pela viabilidade econômica da contratação, conforme exposto no art. 4º, §8º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

Responsável Elaboração de ETP
Pedreira (SP), 23 de Abril de 2026.

Douglas Henrique Rodrigues



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO

Item	Serviços	Quant.	Preço unit.	Preço Total
01	Desinsetização e desratização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos	3.784 (1892 PV's x 2)	R\$	R\$
02	Desinsetização e desratização das áreas da ETE (interna e Externa)	02	R\$	R\$
TOTAL GERAL				R\$

Valor Global: R\$____,00 (____).

1- Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta dias), a contar da data da entrega de seu respectivo envelope.

2- Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.

3 – Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos, sociais, material, despesa administrativas, seguro, Transporte e lucro.

Local e data :

Apresentar o(s) endereço de e-mail(s) para comunicação:

Assinatura do Representante Legal

CNPJ



ANEXO III MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX

SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Processo Licitatório nº 07/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E EGOTO
DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E EGOTO DE PEDREIRA/SP por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Município de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., em..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico n. 06/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Laboratório de Análises Ambientais para a Coleta e Análises do Afluente e Efluente de tratamento de Esgoto E.T.E – Pedreira, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Item	Serviços	Quant.	Preço unit.	Preço Total
01	Desinsetização e desratização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos	3.784 (1892 PV's x 2)	R\$	R\$
02	Desinsetização e desratização das áreas da ETE (interna e Externa)	02	R\$	R\$
TOTAL GERAL				R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) a contar da emissão da primeira ordem e início de serviços, prorrogável na forma dos artigos 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação de serviço tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na prestação de serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e manutenção do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO



6.1. A contratante pagará a contratada pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

6.2. O objeto deste instrumento será pago em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a emissão da nota fiscal, devendo a Contratada emitir a Nota Fiscal, após cumprida o determinado no item abaixo.

6.3. A Contratada deverá emitir Boletim de Medição para o mês de Referência, e após aprovação do fiscal do contrato, este será remetido para o Departamento de Compras que emitirá o Pedido de Compras, e posteriormente a Contratada providenciará a emissão da nota fiscal/ fatura referente aos serviços ocorridos no período mensal que foram executados, devidamente aprovados.

6.4. Não será realizado pagamento de qualquer serviço sem aprovação do Fiscal do Contrato para o boletim de medição referente ao mês de coleta.

6.5. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira – SAAE não efetuará qualquer pagamento por boleto bancário ou ficha de compensação. Os pagamentos serão feitos via depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante ou mediante retirada no valor na Tesouraria do SAAE.

6.6. Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGF n 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

6.7. A prestação de serviço do objeto do contrato administrativo ficará sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil ou superveniente), para a matéria.

6.8. As retenções serão realizados no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.998.

6.9. Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira/SP, será entregue ao futuro contratado em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, estimado em 15/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8 .CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, são obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos (Termo de Referência), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 9.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, observada a legislação pertinente;
- 9.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 9.22. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.
- 9.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.25. Quando solicitado pela Administração, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho;

9.30. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.33. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.33.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.33.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. No que for cabível, aplicam-se à presente licitação as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.194 de 25 de março de 2025, disponível para consulta no site deste Município: <https://www.saaepedreira.com.br/> ou diretamente através do link: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_31032025100105.pdf

12.2. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. O contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Unidade: SERVICO AUTON DE AGUA E ESGO - SAAE

Funcional: 17.512.0020.2071.0000 Manutenção do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira

Cat. Econ.: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Cód. Aplicação: 110.000

Reserva de Saldo nº 29

Valor reservado: R\$ 56.586,79 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos)

Observação: Valor reservado proporcionalmente para 06 (seis) meses, o restante será reservado com recurso do ano seguinte.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 06/2026

Contrato nº XX/2026

Contratante : SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM APROXIMADAMENTE 1.892 POÇOS DE VISITA (PV) DA REDE DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA E TODA ÁREA INTERNA E EXTERNA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*):

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:



CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscalização do contrato

Nome:



Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Instrução do processo

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Formalização do contrato

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO V

PLANILHA DA MEDIANA DE PREÇOS ORÇADOS

Item	Serviços	Quant.	CATSERV	Preço unit.	Preço Total
01	Desinsetização e desratização dos Poços de Visita PV em logradouros públicos	3.784 (1892 PV's x 2)	3417	R\$ 15,50	R\$ 58.652,00
02	Desinsetização e desratização das áreas da ETE (interna e Externa)	02	3417	R\$ 1.199,00	R\$ 2.398,00
TOTAL GERAL					R\$ 61.050,00